

SESSÕES DO PLENÁRIO

8ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de fevereiro de 2014.

PRESIDENTE: DEP. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Delegado Deraldo, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (54)

O Sr. PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Leitura do expediente.

(A Srª Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Deputado José de Arimatéia, comunicando sua ausência da sessão no dia 06/01/2014, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Pequeno Expediente.

Concedo a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Srª LUIZA MAIA:- Srª Presidente, Srs. Deputados, imprensa, senhores que

nos acompanham pela *TV Assembleia*, quero fazer um registro de aplauso.

Na sexta-feira, dia 14, o *Diário Oficial* do Estado publicou uma matéria em que a Secretaria da Educação do Estado da Bahia acata a troca do nome do Colégio Emílio Garrastazu Médici para Colégio Estadual do Stiep Carlos Marighella.

A mudança foi regulamentada conforme a publicação no *Diário*. O nome foi escolhido entre professores, funcionários, estudantes e pais de alunos. E eu queria...

Deputado Marcelino Galo, não sei se o senhor acompanhou uma publicação no *Diário Oficial* do dia 14 na qual a Secretaria da Educação publicou a troca do nome do Colégio Estadual Emílio Garrastazu Médici para Colégio Estadual do Stiep Carlos Marighella. E o senhor que faz esse debate e que está aí presidindo com tanta competência a Comissão da Verdade, inclusive estudando e investigando a história, os horrores da ditadura militar, acho que é um momento importante para a nossa vida, para a nossa luta.

O povo da Bahia tem direito de conhecer a sua história e tem direito de conhecer o que a ditadura militar aprontou aqui no nosso Estado.

Então eu fiquei muito feliz. Foi uma votação entre professores, funcionários, estudantes e pais de alunos. O Marighella recebeu 406 votos, 69% dos votos. Em segundo lugar, ficou o nosso querido geógrafo Milton Santos. E achei assim interessante.

Queria fazer um apelo a V.Ex^a porque todo mundo sabe da história do presidente Garrastazu Médici. Apresentei aqui uma PEC no dia 12 de junho de 2012 pedindo para fazer uma alteração no Art. 21 da Constituição do Estado da Bahia que passaria a vigorar com a seguinte alteração: nomes de pessoas vivas não poderão ser usados para nominar equipamentos públicos, inclusive de pessoas que estiveram envolvidas com violação dos direitos humanos, como foi o caso do presidente Garrastazu Médici. Esse PEC nunca conseguiu chegar a pauta de nenhuma sessão. Então queria pedir o seu apoio, Sr^a Presidente, para que, realmente, consigamos aprová-lo.

A sociedade exige o voto aberto, a sociedade alterou, baseada na lei que não foi aprovada aqui. Então acho que esta Casa não pode ficar refém da nossa sociedade organizada. Precisamos sair na frente, precisamos fazer gestos de aproximação e de abertura com a sociedade, porque eu entendo que é fundamental para transparência a democratização do Poder Legislativo do Estado da Bahia.

Queria também lembrar que, na quinta-feira, no ensaio do bloco *Os Mascarados* foi lançado a campanha do bloco *Respeitem as Mulheres* que é uma iniciativa da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres – no ano passado, já fizemos esse lançamento –, junto com o bloco *Antibaixaria* que sairá pela terceira vez na *Mudança do Garcia*. O tema nosso deste ano será Antibaixaria também nos municípios e dizer que Mata de São João já aprovou também esse projeto e mais 16 municípios aprovaram a Lei Antibaixaria, o que nos deixa muito contentes porque a nossa cruzada, não só minha como todas as deputadas, é nesse sentido para que realmente todos os municípios aprovem essa lei, porque os meus digníssimos pares reduziram o alcance do projeto para recurso público estadual.

Nesses dois minutos que faltam, quero aproveitar para agradecer ao jornalista Biaggio Talento que, na sexta-feira, me entrevistou e hoje foi publicada a nossa opinião sobre vários assuntos, principalmente nesse momento que vivemos do Carnaval, que é uma festa de rua e sabemos que o preconceito e a discriminação dizem respeito à mulher também. Vamos dar início a essa campanha em respeito à mulher. O bloco Antibaixaria nos municípios é para que conquistemos a nossa sociedade, todas as pessoas que participam do Carnaval, mas que venham para o bloco em respeito à mulher com a Lei Antibaixaria.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Concedo a palavra ao deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, na realidade a luta contra esse aumento abusivo do IPTU é de toda a sociedade. O PT e a OAB já ingressaram com uma ação.

Hoje, o nosso partido, o PCdoB, vai ingressar com uma ação no Tribunal de Justiça às 15h30min. O IAPAZ, entidade a qual presido, Instituto de Estudos e Ação pela Paz com Justiça Social, está também analisando a possibilidade de ingressar com essa ação. Sem falar das outras pessoas, das outras entidades que podem também verificar a possibilidade de ingressarem com ações populares, seja direta de inconstitucionalidade ou então ação civil pública. Esse é o caminho do ponto de vista jurídico que as entidades e a sociedade organizada vêm tomando.

Não concordo com essa lógica da prefeitura de buscar resolver esse problema discutindo caso a caso. Ou seja, a pessoa vai lá, negocia com a prefeitura, diminui ou não o valor. Não pode ser assim, não concordo com essa metodologia que, do meu ponto de vista, não é a correta. É preciso discutir a questão do IPTU com a sociedade, com a Câmara de Vereadores, é preciso ter um debate aberto e transparente. Mas não um cidadão chegar lá e negociar, aí diminui; aí vai outro, diminui e vai-se discutindo individualmente. Não tem sentido, não tem lógica essa discussão individual. É preciso efetivamente ter um critério justo.

O prefeito procura passar a ideia de que está taxando os mais ricos. Não é bem isso, não é exatamente assim. Na realidade, o aumento do IPTU está atingindo os pobres, a classe média, e está atingindo um segmento importante que é o segmento dos microempresários.

Portanto, essa questão do aumento do IPTU foi tão absurdo que a própria prefeitura está corrigindo alguns valores. Ora, se tivesse sido uma medida correta, a prefeitura não corrigiria valores individuais. E a prefeitura está corrigindo valores. Se a prefeitura está corrigindo valores é por que a prefeitura errou, está assinando embaixo que errou, que esse aumento foi abusivo, atinge não apenas – como diz o prefeito – os mais ricos, mas atinge os pobres, a classe média, os microempresários. Tanto atinge que a Prefeitura está revendo alguns valores. E se está revendo, é porque errou; se não tivesse errado, não reveria. Mas não se resolve revendo valores

individuais, resolve-se discutindo.

Está no momento de o prefeito tomar consciência disso, de revogar sua decisão, porque ela é autoritária, abusiva e, do meu ponto de vista, inconstitucional. É uma medida inoportuna, por isso o PCdoB, daqui a pouco, vai ingressar com uma ação. Também o Iapaz, entidade que busca a paz e a justiça social, deve ingressar com uma ação para que possamos rever esse aumento abusivo e inoportuno do IPTU de Salvador.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr^a Presidente Fátima Nunes, Sr^s e Srs. Deputados, nossas companheiras servidoras, os que nos ouvem através da *TV Assembleia*, estou apresentando a esta Casa uma moção de aplausos ao presidente da OAB, advogado Luiz Viana.

É a forma que encontramos para ser solidários ao presidente de uma das entidades mais dignas da história deste País, que sempre prestou grandes serviços na luta pela democracia, pelos direitos humanos, na defesa dos profissionais dessa categoria, na defesa da sociedade como um todo.

A forma virulenta, truculenta, como foi atacado o presidente da OAB é coisa nunca vista na história deste Estado. Inclusive, a ditadura não foi tão bruta, tão violenta com a entidade, como os políticos vinculados, principalmente, ao DEM e a essa aliança que dá sustentação ao prefeito ACM Neto. Atitude que vem no sentido da velha prática que a história banuiu deste Estado, que é perseguir, deputado Joseildo Ramos, e intimidar aquela entidade.

Essa homenagem ao seu presidente vem justamente porque ele foi extremamente corajoso e precursor, quando, sozinho com sua entidade, com a legitimidade que tem, entrou na Justiça arguindo a inconstitucionalidade, a injustiça que é esse discurso falso que fazem aqui, que isso é em defesa dos pobres, tirando dos ricos. Conversa fiada. Cada vez mais os dados mostram, as correções feitas demonstram claramente que os ricos, os verdadeiramente ricos – que são poucos neste Estado –, ficaram de fora.

Então, convido os deputados a assinarem esta moção de aplauso que está sendo elaborada, para sermos solidários, para sermos justos, para apoiarmos aqueles que realmente lutam pela justiça no nosso Estado.

Ninguém de sã consciência pode concordar com as manifestações insanas de ira e brutais de ataque a um cidadão de respeito e conceito que trabalha pela democracia e representa uma categoria muito importante. Os advogados devem ficar de olho, devem se manifestar. Por que esse ataque a sua entidade? É um desrespeito, uma agressão descabida de baixo nível tentando somente, como sabemos, intimidar como se fazia antes. Hoje não há mais lugar para isso. A ditadura acabou neste País, assim como aquelas velhas formas anacrônicas e atrasadas! Eles perderam o poder, mas não largam a pose de forma nenhuma. Atacar de forma virulenta e anacrônica,

não permitiremos. Por isso, esta Moção de Aplauso a um ato corajoso e digno dum cidadão deste Estado. Todos nós temos, deputado Joseildo Ramos, de estar ao lado dele combatendo juntos de maneira fraterna e solidária.

E aqui a coisa se manifesta da mesma forma. Na semana passada, a ira veio toda contra mim, mas ninguém intimida ninguém, não. Conheço as formas de atuação dessa política que tem de ser banida para sempre do nosso Estado.

Está de parabéns o presidente da OAB, o advogado Luiz Viana! A nossa homenagem àqueles que têm coragem. Nós temos nada mais, nada menos de homenageá-los. Saudações àqueles que têm coragem! Parabéns, Luiz Viana!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr^a Presidente Fátima Nunes, Srs. Deputados, vocês que nos assistem pela *TV Assembleia*, ouvi atentamente o discurso do deputado Álvaro Gomes. E confesso que cada vez mais me surpreendo com essa metamorfose ambulante em que se transformou o Partido Comunista nesta Casa, através de um dos seus arautos, o deputado Álvaro Gomes.

O governo Jaques Wagner aumentou as taxas da Embasa a partir de 2012, sempre acima do dobro da inflação, e lamentavelmente o deputado Álvaro Gomes mergulhou num silêncio sepulcral. E agora o papel dele e do seu PCdoB, o partido partido comandado pelo Partido dos Trabalhadores, que o carrega e o leva a reboque, foi o de serem os últimos a entrar na Justiça contra o aumento do IPTU. O Partido Comunista do Brasil não teve a coragem de assumir essa bandeira e está indo a reboque. Vejam o contrassenso. Vejam que é um partido que não tem uma linha programática. Ele se move de acordo com os interesses do PT.

Nesta Casa, quem não se lembra de taxas que foram reajustadas?! E qual foi o posicionamento do deputado Álvaro Gomes? Qual foi o posicionamento do partido dele? O de dizer amém! Que bom que o PCdoB acordou, agora, nessa questão do IPTU em Salvador, mas deve acordar também para outros fatos e outros assuntos que são inerentes à vida do cidadão baiano, como os reajustes que passaram nesta Casa. Vocês presenciarão que aqui ele e o seu partido voltarão em taxa de aumento sem ao menos se pronunciar. Simplesmente dizem amém.

O prefeito ACM Neto já disse tanto e reiteradas vezes que o que houver de distorção será corrigido. Mas foi o mote que encontraram para tentar desgastar a imagem do prefeito. Foi o mote que encontraram. Esses que tentam desgastar a imagem do prefeito são os mesmos que apoiam o reajuste do IPTU em outras capitais governadas pelo seu partido. Lá pode reajustar, aqui não pode. Onde for governado pelo Partido dos Trabalhadores e PCdoB, pode reajustar o IPTU, mas aqui não pode porque o prefeito é do DEM.

Mas esse é o governo do contrassenso. Sempre defendi, desde 2006, que o governo construa em Feira de Santana um outro hospital geral. Graças a Deus, o governador foi a Feira de Santana recentemente e anunciou a construção desse

hospital. Que maravilha! Fiquei muito feliz, independentemente de onde parta a notícia e o benefício.

Mas, meu caro deputado Bira Corôa, é o mesmo governo que vem já de há muito tempo, desde 2012 não consegue construir uma UPA ao lado do Hospital Geral Clériston Andrade. E o governador ficou descontente, ficou desconcertado quando disse: “vamos fazer um novo hospital aqui na Princesa do Sertão” e um repórter perguntou: “governador, o senhor esqueceu que prometeu construir uma UPA desde 2012?”. O governador ficou numa saia justa, sem saber o que dizer. Graças a Deus, espero que com os recursos do governo federal, possa enfim construir esse hospital tão importante para Feira e região, e também para o Estado da Bahia, e construa também a maternidade público estadual que nós, há anos, reivindicamos. Aproveite, por tabela, e construa, termine a UPA ao lado do Hospital Geral Clériston Andrade.

Em relação ao aumento do IPTU, que dê o salve à nossa Salvador e dê juízo e uma linha programática ao partido do deputado Álvaro Gomes, partido esse que vive a reboque do Partido dos Trabalhadores.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Todos os deputados presentes poderão fazer uso da palavra, mas eu vou seguir a ordem das inscrições. Agora, concedo a palavra ao deputado Joseildo Ramos, em razão da desistência do deputado Adolfo Viana.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Srs. Deputados, todos que nos assistem e que nos ouvem, subo a esta tribuna para também contribuir com este debate relacionado à forma como se estabeleceu a cobrança do IPTU na cidade de Salvador. Nós, do PT, somos plenamente favoráveis ao IPTU progressivo. Está lá no nosso programa, paga mais quem pode mais. Essa é a máxima, isso é programático, isso persiste longamente nos predicados do Partido dos Trabalhadores.

O problema é que aqui em Salvador a coisa foi feita sem levar em consideração aspectos formais importantes, que poderiam se traduzir numa tentativa correta de atualizar a planta genérica de valores da cidade de Salvador, que está defasada.

Mas o que ocorreu, diferentemente do que se esperava, é que não seguiram o receituário que foram pescar no Partido dos Trabalhadores. Esqueceram-se de consultar as representações da sociedade civil, pois não levaram em consideração órgãos e instituições que, necessariamente, poderiam se fazer representar na consulta que se deve fazer em algo que toca, certamente, a maioria da população da capital.

Esqueceram-se de algo principal sobre o qual já chamei atenção na semana passada. Vou repisar, novamente, este ponto fundamental para a análise do aumento da alíquota de IPTU em nossa capital. Ora! Mais de 75% do PIB, da produção da riqueza, em Salvador, vêm do comércio e dos serviços. São, exatamente, esses imóveis que servem para o comércio e para a prestação de serviços. E, sobre esses imóveis, a alíquota do IPTU incide de maneira avassaladora.

Esses preços voltam-se para quem? Para quem compra serviços e compra no comércio. Quem compra no comércio? Quem compra os serviços? A maioria da

população. Isso vai significar que a escalada inflacionária da capital da Bahia ficará desenfreada, porque não se levou em consideração o efeito bumerangue que, do ponto de vista da economia da nossa capital, se fará presente em muito pouco tempo. Aí, a administração municipal, tardiamente, vai levar em conta que deu um tiro no pé.

Estamos, apenas e tão somente, chamando a atenção para este aspecto em função da principalidade que tem esta situação não observada por aqueles que, na sanha de aumentar a arrecadação municipal, não tiveram, sequer, a mínima sensibilidade de levar em conta o fato de que a matriz do assalariado ou a base da sociedade de Salvador é diferente do que ocorre em São Paulo, cujo PIB advém de atividades industriais e de outros tipos de atividades laborais.

Sobre isso, chamo, mais uma vez, a atenção de todos.

Gostaria, também, de lembrar aos meus pares que, na quarta-feira da próxima semana, teremos uma apresentação muito importante para este Parlamento. Será uma apresentação para a imprensa do *site* da CPI da Telefonia que, no Estado da Bahia, tratará de TV a cabo, emissão de trânsito de dados na Internet, telefonia fixa e telefonia móvel. Nesta oportunidade, apresentará os parceiros estratégicos que estarão conosco nessa peleja de oferecer caminhos para que a telecomunicação no Estado da Bahia seja prestada com qualidade e que os seus preços respeitem o cidadão, ou seja, o consumidor baiano.

Portanto, Sr^a Presidente, quero agradecer as vossas paciência e tolerância.

Eram essas as posições que eu deveria estar trazendo a esta tribuna.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito bem, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Concedo a palavra ao deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores desta Casa, senhoras e senhores, em primeiro lugar, faço uso da palavra para informar que estou dando entrada, no dia de hoje, nesta Casa, em uma moção de pesar pelo falecimento de Erenilson, um dos mais antigos ou o mais antigo alabê de nosso Estado e, conseqüentemente, da cidade de Salvador. Ele era membro do terreiro Oxumaré. E, também é um precursor da manutenção e preservação da nossa cultura, fundador e presidente do Korin-Efan. Partiu desta vida, e o seu sepultamento foi na última sexta-feira. Ele deixa para a Bahia e para os baianos não apenas um sentimento de pesar, mas deixa para o Brasil um exemplo de vida, de perpetuação de suas convicções e de luta pela afirmação de nossa identidade cultural. Sem dúvida nenhuma, pela nossa afirmação negra no Estado da Bahia e no contexto do Brasil.

Mas também, Sr^a Presidente, utilizo este nosso momento para destacar que fiz, ao longo do final de semana, como estou fazendo já há dois finais de semana, um debate promovido pelo meu partido, o Partido dos Trabalhadores, que também tem a participação dos diversos partidos que dão sustentação ao nosso programa político no Brasil e na Bahia. Contamos com a presença do secretário Rui Costa, de diversos

deputados federais e estaduais, de vereadores, prefeitos e lideranças das regiões.

No último sábado, foi debatida, entre outras ações, uma perspectiva de contribuição para um futuro plano de governo da pré-candidatura de Rui Costa ao governo do Estado. E a base desse programa e desse projeto é a inserção e a construção da sociedade com um olhar de sustentabilidade para as condições locais e regionais, criando assim perspectivas de atender, através das ações, a ponta, que é, sem dúvida nenhuma, o grande desafio do processo de transformação que vem embasado nos pilares consolidados durante estes 11 anos de gestão do Partido dos Trabalhadores e dos partidos da base aliada no Brasil e durante estes quase 7 anos e 2 meses na Bahia, através da gestão do governador Jaques Wagner.

Então, sem dúvida nenhuma, a ação estratégica é importante e tem dado uma contribuição muito grande, uma aceitação maior ainda por parte da militância do PT e dos partidos da base aliada, além da reorganização da estruturação a partir dos GTs que são criados regionalmente. Queria aproveitar para fazer essa referência no dia de hoje e parabenizar o Partido dos Trabalhadores e os partidos da base aliada por essa condução.

Por fim, quero dizer que a Oposição na Bahia não tem referência e está focando exclusivamente em Salvador. Está tentando, a partir de Salvador, salvar tudo que por eles é conduzido. Não citam Feira, mas quero destacar essa cidade porque a sociedade feirense já não aprova a atual gestão. Não citam outras referências porque não têm. E em Salvador pautam-se apenas nas ações da Prefeitura. Mas, ao apurá-las, vamos comprovar que são ações que têm a mão direta do governo do Estado, a mão direta do governo federal. E tentam utilizar essas ações como referência de grande gestão.

Não vou me ater a isto, mas devo dizer que há um equívoco muito grande na nova tarifação do IPTU em Salvador. Disponho-me a puxar essa discussão em um outro momento.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Paulo Azi.

No Pequeno Expediente, falarão ainda os deputados Pastor Isidório e Rosemberg Pinto... Inscritos aqui nós temos Paulo Azi, o Pastor Sargento Isidório, V.Ex^a, deputado Rosemberg, que já havia solicitado antes, e Gaban.

O Sr. PAULO AZI:- Sr^a Presidente, Sr^{as} Parlamentares, Srs. Parlamentares,...

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Só 1 minuto, deputado.

V.Ex^a vai trocar...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Por acordo, vamos estender um pouquinho o Pequeno Expediente e o deputado Gaban vai falar. Provavelmente, ele é o último inscrito.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Era só isso.

O Sr. PAULO AZI:- Sr^a Presidente, Sr^{as} Parlamentares, Srs. Parlamentares, acho interessante alguns deputados do PT virem a esta tribuna para tratar de IPTU. Veja V.Ex^a que é o partido que mais criou impostos neste País, que elevou a carga tributária desta Nação a quase 40% do seu Produto Interno Bruto, que nesta Casa

Legislativa aprovou aumentos abusivos de diversos impostos e taxas que incidem diretamente no bolso da população.

E justamente esse partido vem, agora, numa atitude politqueira, tentar transferir essa questão do IPTU – que, repito, só desagrada aos grandes especuladores, aos grandes proprietários, aos grandes empresários de Salvador. A imensa maioria da população desta cidade sabe que não está sendo penalizada, pois uma grande parcela está isenta, e a classe média está pagando aquilo que é absolutamente suportável –, com o objetivo claro de desgastar a imagem do prefeito. Mas, acima de tudo, tem o objetivo escuso de defender os grandes especuladores e os grandes proprietários de imóveis da nossa capital.

Mas, Sr^a Presidente, volto a esta tribuna para solicitar às Lideranças do governo nesta Casa que cobrem de S.Ex^a, o governador Jaques Wagner, o envio do projeto do reajuste do servidor público do Estado da Bahia. Todos sabem que a data-base para o reajuste é o mês de janeiro. O servidor já deveria ter recebido no contracheque de janeiro o salário reajustado. Já estamos na segunda metade de fevereiro e até agora nenhum sinal, nenhum aviso, nenhuma negociação por parte do governo para essa questão que vem inquietando os servidores públicos do Estado da Bahia.

Não é possível que este governo mais uma vez prolongue a angústia dos servidores. Não é possível que este governo mais uma vez deixe para encaminhar a esta Casa a proposta salarial já perto do encerramento do primeiro semestre do período legislativo, numa tentativa de evitar a discussão e o debate nesta Casa Legislativa dessa matéria tão importante para o servidor público.

No ano passado, o governo só encaminhou a esta Casa o projeto de reajuste... Aliás, que não trouxe reajuste algum, apenas repôs as perdas inflacionárias, mesmo assim parceladamente, mas só encaminhou o projeto quase no mês de junho, deputado Gaban. E agora, contando com o silêncio das entidades sindicais que deveriam representar os servidores nas negociações, o governo mais uma vez não cumpre com a sua obrigação de encaminhar essa mensagem ao Legislativo para que aqui seja discutida e votada.

Isso é mau sinal, não cheira bem e significa que mais uma vez os servidores públicos do Estado da Bahia não terão do governo a atenção devida. De novo eles infelizmente não haverão de ter nenhum ganho real de salário, pois o governo vai impor apenas e tão somente a reposição das taxas inflacionárias, como aliás tem feito nos últimos anos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. das Galerias, imprensa, demais cidadãos e cidadãs que nos ouvem, venho a esta tribuna mais uma vez parabenizar a todos os policiais militares

do Estado e a Polícia Militar, que completa neste dia 189 anos de história, luta, glória e vitória. Tivemos hoje nesta Casa uma sessão maravilhosa com as presenças do ilustre secretário da Segurança Pública, do comandante geral da PM e também do mui amigo e digno deputado Capitão Tadeu, assim como de outros deputados,

Na oportunidade, aproveitei para novamente reafirmar a necessidade de discutir a criação do Ministério da Segurança Pública nesta Nação.

Não consigo entender a inexistência dele como um cidadão - porque eu não sou deputado, estou - que pela sua criação vem lutando, por ser também profissional dessa área e policial militar há 30 anos. Venho dizendo da necessidade que o Brasil tem de criar um Ministério da Segurança Pública. Então, não entendo por que nós temos tantos outros Ministérios. E tenho para mim que ele se faz necessário. Não discuto isso e não concordo que o valor da segurança pública e dos profissionais que combatem o crime e a violência seja menor do que o de muitos outros destes Ministérios que estão aí.

Talvez pudéssemos passar até sem essas Pastas. Porém, se o governo entendeu que são necessárias, respeito a posição dos governantes. Mas, como um cidadão que também é refém da violência no nosso Estado e na nossa Nação, como bem disse hoje na sessão especial pela manhã na presença do secretário da Segurança e demais autoridades, afirmo que a violência não é algo privativo da Bahia. Não é só aqui que ocorre estupro, que o tráfico de drogas cresce, que a violência aumenta! A Nação toda está sucumbindo. Os Poderes estão se deteriorando.

Costumo dizer que a desvalorização da família, as agressões às famílias, destruindo-se os conceitos éticos e morais das famílias... Os nossos filhos, estão sendo atacados no seu direito de formação de mente, de pensar. O tecido social da nossa Nação enfraquece a cada dia. E não se cria um Ministério da Segurança Pública.

Não me esqueço que criei aqui, fui o autor do projeto que cria a Comissão de Segurança Pública, hoje criada como Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, que botou para segundo plano a Segurança Pública. Aí não entendo, a não ser como hipocrisia a discussão de deputados federais, de senadores e de deputado estaduais e de autoridades todas do Executivo e do Judiciário. Entendo como hipócrita, uma vez que se criando o Ministério da Segurança Pública, federaliza-se as polícias, faz-se um comando único, e aí, tem-se um canal para passagem de recursos para pagar a quem realmente representa a Segurança Pública, que são os vários, milhares de policiais militares que saem de suas casas – policiais militares e civis – que saem de suas casas e não sabem se voltam.

Acho injusto não se discutir neste atual governo da presidente Dilma, que vem fazendo tanta coisa boa para esta Nação, ou não se fazer em uma outra candidatura este projeto. Então, chamo a atenção desta Casa para que os Srs. Deputados que também discutem as necessidades do nosso Estado que botem também nas suas lutas a discussão sobre a criação desse Ministério da Segurança Pública que é muito importante para dar resposta à violência na nossa Nação.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Minha querida presidenta Fátima Nunes, queridos deputados e deputadas, imprensa, visitantes, fiquei atento ao pronunciamento do deputado Paulo Azi, que está aqui do lado, com relação ao PT. Deputado Paulo, o nosso partido apresentou algumas emendas ao projeto de lei que regulou o IPTU em Salvador para o ano de 2014 acreditando que realmente estava aprovando um projeto que tirasse as diferenças com relação ao cumprimento da legislação habitacional.

Os principais pontos nesse projeto que ajudam a população foram emendas do Partido dos Trabalhadores. Foi emenda do Partido dos Trabalhadores a que isenta o pagamento do IPTU dos pequenos comerciantes até 100 metros quadrados das suas propriedades. Foi do Partido dos Trabalhadores a emenda que reduz em 50% o pagamento dos clubes sociais na cidade do Salvador. Foi do Partido dos Trabalhadores a isenção para propriedades até R\$ 80 mil. Agora, foi do partido de V.Ex^a a que colocou que uma área do Barradão, em Sete de Abril, que pagava R\$ 200 mil por ano passasse a pagar R\$ 2 milhões e 800 mil numa área que não é nobre. Foi o partido de V.Ex^a que regulou, no Nordeste de Amaralina, diversas casas, colocando o bairro como área nobre da cidade de Salvador. É verdade, ela é nobre, mas mora uma população extremamente pobre fruto, efetivamente, de uma falta de planejamento dos governos anteriores do vosso partido. Então, é natural que haja um questionamento incontestado pela sociedade soteropolitana em relação ao IPTU cobrado, pela distorção que foi feita. Ou o prefeito não seguiu a orientação da sua consultoria ou a consultoria não fez o trabalho correto e expôs o prefeito ao ridículo, hoje, na cidade do Salvador por conta da distorção na cobrança do IPTU de 2014.

Há alguma coisa está errada nisso. O Partido dos Trabalhadores, que ajudou a aprovar, entrou com uma Ação de Inconstitucionalidade, porque se sentiu lesado a partir da aprovação da lei do IPTU, onde os diversos domicílios, que nós acreditávamos que seriam avaliados abaixo de R\$ 80.000,00, ultrapassaram os R\$ 100.000,00. E se cobra dessa população mais pobre um reajuste de valor extremamente significativo para seu poder aquisitivo.

Por isso não tenho nenhum problema em dizer que não é querendo fazer uma regulação das cobranças do IPTU das diversas cidades, mas não podemos aceitar a distorção que foi feita de uma forma, na minha opinião, que engana a população de Salvador, quando do recebimento do carnê deste ano.

Por último, minha querida presidenta, quero também dizer que não é verdade essa coisa que o deputado Nelson Pelegrino quer um terceiro turno em Salvador, porque senão a OAB estava propondo isso, e não é, a OAB não disputa nenhum espaço na política baiana do ponto de vista de representação.

E quero aqui dizer que começa a cair a máscara do presidente do STF, que passou o tempo inteiro defendendo uma posição política partidária naquela Corte e agora já se coloca estudando a possibilidade de se candidatar a um cargo eletivo no Brasil. Espero que ele faça, como tem feito os políticos, inclusive sérios, que saia com antecedência da instituição para poder pleitear um espaço público dentro do ponto de vista da representação, porque ele está ali, obviamente, porque foi indicado. Sem dúvida alguma, se fosse para ser escolhido pelo voto popular, certamente pela sua arrogância, prepotência, falta de preparo de tocar as relações com os seus pares, não ocuparia o cargo máximo no Judiciário Brasileiro.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Carlos Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Prezada presidente deputada Fátima Nunes, Srs. Deputados, ouvi com certa estranheza na semana passada uma matéria da chefe da Defensoria Pública do nosso Estado, até reclamando que a imprensa não tem dado espaço para a Defensoria Pública em nosso Estado e dizendo das atribuições que a Defensoria tem do ponto de vista legal. Aí eu pergunto para a Dr^a Vitória: Será que o Ministério Público tem cumprido com sua finalidade? Não quero entrar no mérito da necessidade da Defensoria Pública, porque quando presidente desta Casa ajudei na reestruturação da Defensoria Pública, sabendo da importância para que aqueles que não têm voz, que não têm dinheiro para pagar um advogado tenham uma assistência gratuita jurídica.

Mas tenho provas documentais de que a Defensoria Pública na administração da Dr^a Vitória não tem cumprido com a sua finalidade. Ela tem agido para defender aqueles que têm advogado. Tenho documentos, e já relatei isso para Dr^a Vitória.

Temos saudades da Defensoria Pública na época da Dr^a Tereza, por exemplo, e de outros que tinham compromisso com a população mais carente.

A Defensoria Pública, recentemente, cara presidente Fátima Nunes – tenho documentos que comprovam –, assumiu o caso de um réu que teve três a quatro advogados contratados. Depois de perder ações no Tribunal de Justiça, eles renunciam com intenção protelatória. Num dia, os “eficientes” defensores públicos pediram para assistir ao processo. Nesse mesmo dia o advogado renunciou à causa. Alguns minutos depois, a Defensoria estava lá para defender um bandido que foi preso recentemente pela Polícia Militar do Estado da Bahia, porque ele o filho estavam fazendo parte, segundo a polícia, de um grupo de extermínio.

E o preso contratou dois advogados para defendê-lo. Se numa outra ação havia quatro advogados, agora eram dois. E, estranhamente, mais uma vez renunciaram, para protelar uma ação já definida pelo Tribunal de Justiça. Repito, tenho todos os documentos necessários.

E a Defensoria Pública assume o processo, para protelar, mais uma vez, uma decisão emanada pelo Tribunal de Justiça. Já havia a decisão da juíza, e várias decisões do Tribunal de Justiça, mas a Defensoria Pública pegou o processo. E

tivemos que acionar a juíza para que determinasse a devolução do processo em 48 horas sob pena de uma ação contra a Defensoria Pública do nosso Estado.

Já alertei ao nosso advogado para entrar com uma representação na OAB, porque a Defensoria Pública, que deveria defender aqueles que não têm dinheiro, está interferindo, agindo em processo onde o réu pode pagar a advogados.

É lamentável, Dr^a Vitória, e não venha queixar-se que não tem espaço na imprensa. Só pode ter espaço na imprensa do nosso Estado e do nosso País aqueles que cumprem com o seu dever, com sua obrigação, não aqueles, como alguns membros da Defensoria Pública, que estão fugindo de sua finalidade, defendendo quem tem advogados contratados durante anos e anos. Não é assim que a Defensoria Pública vai ter o apoio de ninguém.

E se alguém quiser qualquer prova, tenho todas para mostrar o desvio de função, o desvio de finalidade, lamentavelmente, da Defensoria Pública do Estado da Bahia, tão mal comandada pela Dr^a Vitória.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr^a Presidenta, questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr^a Presidenta, verificando a quantidade insuficiente de parlamentares para a continuidade da sessão, gostaria de que V.Ex^a procedesse a uma verificação de quórum.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- V.Ex^a será atendido.

Verificamos a presença de apenas seis Srs. Deputados em Plenário, portanto, número insuficiente para a continuidade da sessão, a qual declaro encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*